

ILMO. SR. DR. PRESIDENTE DA CTAA.

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL- FAPSS-SP, instituição com sede na Rua Lopes Chaves, 273, apresentar sua impugnação ao relatório da avaliação "in loco", realizada no período de 04/06/2013 a 08/06/2013, consubstanciada nas razões de fato e de direito abaixo aduzidas :

DA CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos termos do relatório dos avaliadores ficou claro que a Instituição passava por inúmeros problemas financeiros e vivia uma fase de transição com negociações para transferência de Manutença.

A Avaliação ocorreu em um período em que os professores e funcionários encontravam-se cumprindo aviso prévio, bem como os alunos viviam um clima de incerteza e temor pelo que aconteceria.



ILMO. SR. DR. PRESIDENTE DA CTAA.

FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL- FAPSS-SP, instituição com sede na Rua Lopes Chaves, 273, apresentar sua impugnação ao relatório da avaliação “in loco”, realizada no período de 04/06/2013 a 08/06/2013, consubstanciada nas razões de fato e de direito abaixo aduzidas :

DA CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos termos do relatório dos avaliadores ficou claro que a Instituição passava por inúmeros problemas financeiros e vivia uma fase de transição com negociações para transferência de Manutença.

A Avaliação ocorreu em um período em que os professores e funcionários encontravam-se cumprindo aviso prévio, bem como os alunos viviam um clima de incerteza e temor pelo que aconteceria.

Há cerca de seis anos Mantenedora da Faculdade, vinha passando por dificuldades financeiras, face a realidade do mercado, alto índice de inadimplência e principalmente perda considerável de alunos.

Esta situação ocasionou o endividamento da instituição, tanto para instituições Bancárias, quanto para o fisco, além de salários, parcela do décimo terceiro dos funcionários e professores em atraso.

Então optou-se pela venda do prédio da Instituição para poder pagar as dívidas e a Transferência da manutenção da Faculdade.

Sendo importante salientar que, na semana da avaliação "in loco", iniciou-se o processo de negociação com um grupo do ramo educacional, com condições de resolver os problemas financeiros da Instituição e dar continuidade na História de 73 anos de FAPSS SP, referência no Serviço Social Brasileiro.

Ademais, é de bom alvitre mencionar que por ocasião da visita "in loco", todos os funcionários e professores, estavam em aviso prévio e sem receber salários há dois meses, fazendo com que a coleta de documentos para uma avaliação condizente se tornasse inviável, fazendo com que esta visita "in loco", tenha restado prejudicada, devendo ser refeita.

No final do mês de junho, concretizou-se a negociação com o mencionado grupo, o qual pretende dar continuidade com as atividades, aprimorando, modernizando e investindo no desenvolvimento da FAPSS.

X

dimensão, não explicaram coerentemente os motivos que os levaram a conceituar como insatisfatória tal dimensão.

Rechaça todos os termos do citada dimensão.

DIMENSÃO 3

Todas as considerações contidas no relatório da dimensão 3, devem ser consideradas em todos os seus termos e devem ser computadas para efeito de Conceito.

DIMENSÃO 4

Os avaliadores em seu exarado na citada dimensão, descreve em apertada síntese que: com relação aos Canais de Comunicação e sistema de informação para a interação interna e externa não funcionam adequadamente, podendo ser considerados como inacessíveis à comunidade interna e externa. Que a IES tem como única forma encontrada de divulgação das Ações é a página virtual, não havendo a Ouvidoria, e tão pouco outra a comunicação com a Sociedade.

As razões trazidas pelos avaliadores não procedem, pois há uma comunicação ampla entre a Instituição, Docentes e Discentes e a Sociedade. Mesmo sendo apenas pela internet, todos os professores tem acesso aos processos e gestão acadêmica e todas os atos e movimentos existentes na Instituição, além de terem sido informados sobre a CPA, e todo o processo avaliativo.

No caso em tela, o fato da instituição estar em processo de transferência de Manutença, afetou as respostas dos funcionários e membros do corpo docente, uma vez que, estavam com salários atrasados, isso

repercutindo diretamente nas respostas e indagações feitas pelos avaliadores, então deve ser repellido, pois não condiz com a realidade dos fatos.

Rechaça o conceito exarado na DIMENSÃO 4.

DIMENSÃO 5

Quanto a dimensão cinco, repelimos as alegações pois não condizem com a verdade.

Nos termos dos documentos ora juntados, todos os professores possuem titulação nos termos da legislação vigente.

Ademais, é de todo oportuno ressaltar que a maioria dos professores da Instituição teve os seus cursos de Pós-graduação “Lato Sensu”, bem como Mestrado e Doutorado, bem como cursos no exterior, pagos pela Mantenedora da IES. Sempre participaram de congressos no Brasil e no exterior, pagos pela Mantenedora.

Os funcionários administrativos, também participaram de capacitação, treinamentos e cursos para aprimoramento, principalmente a Secretaria e a Secretária acadêmica, que principalmente durante o ano de 2012, participou de inúmeros cursos para dinamizar o funcionamento da secretaria e adequar aos ditames legais.

Repisando a tese de que o momento em que a Avaliação em loco ocorreu, atrapalhou a coleta de dados conclusivos e verídicos, e não podem ser utilizados para a formação dos conceitos de um Recredenciamento.

DIMENSÃO 6

Não andaram com acerto os avaliadores com relação a dimensão 6, então rechaça todos os termos do relatório.

Semestralmente são realizadas as reuniões de Congregação onde reúnem-se para discussão de pontos importantes para o bom andamento da Instituição, aprovação de Regimento.

Outro ponto que deve corroborar a tese de participação e autonomia dos seguimentos da Instituição, são que o projeto pedagógico sempre foi discutido de forma coletiva, as alterações do Regimento, Projeto de Desenvolvimento Institucional, ações para aprimoramento, desenvolvimento e modernização do projeto e da própria Instituição.

Nunca houve ingerência da Mantenedora em nenhum dos aspectos apresentados, havendo autonomia didático-pedagógica da Instituição. Com relação a sobreposição de cargos, este ocorreu apenas no primeiro semestre do ano de 2013, pelo mesmo motivo financeiro e transitório, por qual a Instituição passava.

A Vice-Presidente da Mantenedora e a Assessora Jurídica, apenas colaboraram com sua presença nos dias em que a Avaliação “in loco” ocorria, e no que diz respeito a Assessoria Jurídica, apenas funciona no respaldo ao cumprimento dos preceitos, e atendimento as disposições legais para os processos avaliativos junto ao MEC.

Pela situação atípica e transitória, estes aspectos não puderam ser avaliados de forma satisfatória, devendo ser revistos em uma nova avaliação.

DIMENSÃO 7

Com relação a dimensão 7, rechaça os termos do relatório dos avaliadores.

Quando das colocações de falta de computadores e multimídia, espaço físico estrutura do biblioteca, não explicou e fundamentou adequadamente o conceito atribuído, portanto devendo ser rechaçado. Apenas elencou as possíveis deficiências, porém não o fez com a clareza que é devida ao agente. Os aspectos desta dimensão também foram de todo prejudicadas pela situação transitória da transferência de manutenção.

DIMENSÃO 8

Repele as considerações exaradas pelos avaliadores na dimensão 8.

Há na instituição políticas e ações baseadas nos relatórios do da CPA e resultados do ENADE.

As respostas dos funcionárias e a falta de documentação apresentada com relação aos relatórios da CPA, refletem a situação de transição em que passava a Instituição e a situação de demissão de todos os funcionários do Corpo docente, não podem servir de parâmetros para o conceito atribuído pelo avaliadores “in loco”, devendo ser repelidas.

DIMENSÃO 9

Quanto a dimensão 9 a Instituição atende satisfatoriamente os referências e qualidade. Em que pese a imensa sabedoria e lisura, dos avaliadores, não transcreveram a realidade dos fatos, e a situação de transição vivida pela Instituição.

Como se trata de uma Instituição isolada, onde o aluno tem um atendimento personalizado, qualquer problema pedagógico ou acadêmico é resolvido pela coordenação pedagógica. Com relação as políticas de



nivelamento, estas estão implantadas e realizadas nas aulas de língua portuguesa, onde o professor tenta sanar todos os problemas de interpretação de texto, vocabulário e gramática. Há um programa de motivação e sensibilização dos alunos sobre o ENADE.

DIMENSÃO 10

A situação financeira muito grave, da mantenedora da Faculdade Paulista de Serviço Social, de fez com que a Sociedade de Serviço Social, mantenedora da Instituição, optasse pela transferência de manutenção para outro grupo, com condições de gerir a Faculdade e dar prosseguimento as atividades, de forma mais profissional e com condições financeiras e modernizar e atender as determinações que a legislação vigente determina.

Neste prisma, resta prejudicada a dimensão 10, devendo ser reavaliada “in loco”, pois a situação em que ocorreu trouxe nulidades para o processo, devendo ser refeita.

DA IMPUGNAÇÃO DA AVALIAÇÃO IN LOCO E REQUERIMENTO DE NOVA AVALIAÇÃO

Em que pese o saber, a lisura e o conhecimento dos avaliadores in loco, funcionam com avaliadores como avaliadores “ad hoc”, representando o poder estatal e o poder público no âmbito da Instituição de ensino para avaliar e dar prosseguimento aos procedimentos regulatórios e o Recredenciamento da IES.

Assim, funcionam como agentes públicos, com o poder discricionário, concedido pela própria Constituição Federal.

Porém Há situações em que o Estado Administração, nesta qualidade, situa-se em posição frontal com o indivíduo, ocasiões tais que os interesses destes são aniquilados de forma unilateral por conta da discricionariedade, até então tida como intocável na visão de alguns agentes públicos. Exatamente o que ocorre no caso em tela, os relatórios dos avaliadores são eivados de nulidade uma vez que, o momento da avaliação foi inoportuno, face a transição, de transferência de manutenção e reestruturação da Instituição.

O abalizado Professor Celso Antônio Bandeira de Melo, na sua obra preleciona: *“Não se confunde discricionariedade com arbitrariedade. Ao agir arbitrariamente o agente estará agredindo a ordem jurídica, pois terá se comportado fora do que lhe permite a lei. Seu ato por consequência é ilícito e por isso é corrigido judicialmente. Em rigor, não há, realmente, ato algum que possa ser designado, com propriedade, com ato discricionário, pois nunca o administrador desfruta de liberdade total”. Aclara-se o caso.*

Assim, deve ser aceito o presente recurso, ou seja a impugnação da avaliação, neste sentido, pois o momento não era condizente com a realidade, as condições interferiram nos resultados e os avaliadores, mesmo com toda a sua experiência e conhecimento não conseguiram perceber estes aspectos, devendo ser submetida a Instituição a nova avaliação “in loco”.

“Ad argumentandum”, Nos processos administrativos deve se preservar sempre o Princípio PRIMEIRO OS FINS E DEPOIS OS MEIOS, onde os fins devem ser educacionais os meios representados pela regra, regulamentos, interpretações jurídicas, preferências burocráticas e precisam ser entendidas como tais. Fazendo com que o processo regulatório deve estar muito próximo ao processo avaliativo.



A se determinar nova avaliação “in loco” este douto ÓRGÃO
estará cumprindo realmente o seu fim, e os ditames legais garantidos
principalmente pela LDB e Constituição Federal do Brasil.

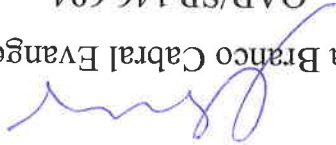
DIANTE DO EXPOSTO REQUER :

Sejam rechaçadas todas os fundamentos trazidos pelos avaliadores nos
conceitos atribuídos nos conceitos das dimensões.
Ou ainda, que seja determinada nova avaliação por comissão deste ministério,
para que averigue “in loco” o quanto correto se impõe os argumentos da
requerida.

Nestes Termos

Pede deferimento.

São Paulo, 27 de julho de 2013.


Cristiana Branco Cabral Evangelista
OAB/SP 146.694
Advogada

SOCIEDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ano de Fundação: 1940 – Inscrita no CNSS sob n.º 236.788/74 – CNPJ. 45.707.205/0001-40

Dec. Utilidade Pública Municipal n.º 12.226/75

Dec. Utilidade Pública Federal n.º 86.174/81

ENTIDADE MANTENEDORA

Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo

Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul

Instituto de Serviço Social "José Pinheiro Cortez"

RUA LOPES CHAVES, 273/275 – CEP: 01154-010 – TEL.(0XX11) 3666.0246 – FAX: (0XX11) 3826.1925 – SÃO PAULO – SP.

E-Mail: lapss@lapss.br

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

1 - OUTORGANTE(S): SOCIEDADE DE SERVIÇO SOCIAL, mantenedora da FACULDADE PAULISTA DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO e SÃO CAETANO DO SUL, inscrita no CNPJ sob nº 45.707.205/0001-40, com sede nesta Capital na Rua Lopes Chaves, 273/275 – CEP 01154-010, neste ato representada por sua Vice-Presidente CILENE SWAIN CANOAS, com endereço na Rua Lopes Chaves, 273/275, Barra Funda, São Paulo, SP;

2 - OUTORGADO(S): CRISTINA BRANCO CABRAL EVANGELISTA, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade Rg.nº 17.449.936 e CPF nº 163.343.928-32, inscrita na OAB/SP sob No. 146.694 com escritório na Capital de São Paulo, na Rua Dr. Penaforte Mendes, nº 255, Conj. 54, CEP 01308-010, tel. (011) 3237.4392, onde recebem intimações.

3 - PODERES: contidos na cláusula "ad judicium", com amplos poderes para o foro em geral, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras até final julgamento, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, **ESPECIALMENTE** para defender os interesses da outorgante em ações judiciais e extrajudiciais.

São Paulo, 07 de 06 de 2013.

SOCIEDADE DE SERVIÇO SOCIAL

